



# RELATÓRIO DOS RESULTADOS DAS AUDITORIAS E DO MONITORAMENTO DAS CONTAS ANUAIS

e-CGU: #1959777

Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais – ARTEMIG  
Exercício 2025



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO**

**AGÊNCIA REGULADORA DE TRANSPORTES DE MINAS GERAIS – ARTEMIG**

# **RELATÓRIO DOS RESULTADOS DAS AUDITORIAS E DO MONITORAMENTO DAS CONTAS ANUAIS**

**e-CGU: #1959777**  
**Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais – ARTEMIG**  
**Exercício 2025**

**BELO HORIZONTE**  
**MARÇO - 2026**



## Nosso *propósito*

Ser integridade e eficiência por uma **sociedade** melhor.



## Nossa *missão*

Aprimorar a gestão pública mineira, por meio da auditoria interna, da correição, da prevenção e combate à corrupção, promovendo eficiência, integridade, transparência e participação social.



## Nossa *visão*

Ser excelência como órgão de controle interno, que contribui para uma administração pública íntegra, transparente e eficaz.



## Nossos *valores*

- Integridade
- Comprometimento
- Integração e cooperação
- Independência técnica
- Humanização
- Foco no interesse público

## **CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves  
Rodovia Papa João Paulo II, 4.000 – Prédio Gerais, 12º andar  
Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG – CEP: 31.630-901

### **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**

Marcela Oliveira Ferreira Dias

### **CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO ADJUNTA**

Igor Martins da Costa

### **UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**

Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais- ARTEMIG

Diretor- Geral: Breno Longobucco

### **EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL**

Carla Simone Viana Lage Reis

Josiane Pena Soares Macieira (Coordenadora NATI)

### **EDITORAÇÃO**

Josiane Pena Soares Macieira

### **REVISÃO FINAL**

Carla Simone Viana Lage Reis

Josiane Pena Soares Macieira



É permitida a reprodução do conteúdo deste material, desde que citada a fonte.

***Como citar este material:***

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Relatório dos resultados das auditorias e do monitoramento das contas anuais. Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais (ARTEMIG)** . Belo Horizonte: CGE-MG, 2025.

## **QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?**

Trata-se de documento de auditoria emitido em cumprimento às determinações do art. 10 da Instrução Normativa nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 20 de dezembro de 2011 (IN TCEMG nº 14/2011<sup>1</sup>), do art. 6º da Decisão Normativa TCEMG nº 01, de 24 de fevereiro de 2026 (DN TCEMG nº 01/2026)<sup>2</sup>.

## **POR QUE A CGE REALIZOU ESTE TRABALHO?**

O trabalho foi realizado com a finalidade de compor a prestação de contas anual do exercício financeiro de 2025, do responsável pela Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais (ARTEMIG), autarquia em regime especial, criada pela Lei Estadual nº 25.235 de 08 de maio de 2025, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais (SEINFRA/MG), atendendo ao disposto no Anexo IV, inciso III, do art. 4º da Decisão Normativa nº 01/2026 do TCEMG.

## **QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS?**

No exercício de 2025, não foram realizados trabalhos de auditoria específicos previstos no Plano de Atividades de Controle Interno (PACI) em 2025 na Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais (ARTEMIG).

Registra-se, que a ARTEMIG foi instituída pela Lei nº 25.235, de 08 de maio de 2025, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (SEINFRA/MG) e em seu Regimento Interno, publicado em 17 de setembro de 2025, no artigo 14 consta que as atribuições da Unidade Seccional de Controle interno terá suas atividades desempenhadas pela Controladoria Setorial da SEINFRA, exercidas de maneira compartilhada nos termos do § 2º, art. 33, da Lei Estadual 24.313, de 28 de abril de 2023.

---

<sup>1</sup> IN TCEMG nº 14/2011: Disciplina a organização e a apresentação das contas anuais dos administradores e demais responsáveis por unidades jurisdicionadas das administrações direta e indireta estadual e municipal, para fins de julgamento. Disponível em: <https://doc.tce.mg.gov.br/Busca/ViewDiario/1081> . Acesso em 12/03/2025.

<sup>2</sup> DN TCEMG nº 01/2026: Fixa a forma de apresentação e envio das contas anuais do exercício financeiro de 2025 e define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão processos de contas anuais constituídos para fins de julgamento pelo Tribunal, assim como assim como os conteúdos e a forma das peças que os compõem e os prazos de apresentação. Disponível em: [https://doc.tce.mg.gov.br/Home/ViewDiario/2026\\_02\\_24\\_Diario.pdf](https://doc.tce.mg.gov.br/Home/ViewDiario/2026_02_24_Diario.pdf). Acesso em 24/02/2026.

# SUMÁRIO

<b><u>I.</u></b>	<b><u>INTRODUÇÃO .....</u></b>	<b><u>8</u></b>
<b><u>II.</u></b>	<b><u>RESULTADOS DAS AUDITORIAS REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO</u></b>	<b><u>10</u></b>
	a. Destaque das ações de auditoria.....	11
	b. Trabalhos de auditoria realizados .....	11
<b><u>III.</u></b>	<b><u>RESULTADOS DOS MONITORAMENTOS DAS CONTAS ANUAIS DE</u></b>	
	<b><u>EXERCÍCIOS ANTERIORES .....</u></b>	<b><u>12</u></b>
<b><u>IV.</u></b>	<b><u>CONCLUSÃO .....</u></b>	<b><u>13</u></b>
	<b><u>REFERÊNCIAS .....</u></b>	<b><u>14</u></b>
	<b><u>ANEXO I- PLANO DE ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO – 2025 .....</u></b>	<b><u>15</u></b>
	<b><u>(PACI 2025).....</u></b>	<b><u>15</u></b>
	<b><u>ANEXO II - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....</u></b>	<b><u>35</u></b>

## I. INTRODUÇÃO

Em cumprimento às determinações do art. 10 da IN TCEMG nº 14/2011 e do artigo 6, observando os artigos 4º, 7º e 11º da Decisão Normativa TCEMG nº 01, de 24 de fevereiro de 2026, apresenta-se o Relatório das Auditorias e dos Monitoramentos das Contas Anuais sobre o exercício financeiro de 2025 da Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais (ARTEMIG).

A ARTEMIG instituída pela Lei nº 25.235, de 08 de maio de 2025, é uma autarquia em regime especial vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais (SEINFRA/MG), sendo caracterizada pela autonomia administrativa, financeira, técnica e patrimonial, pelo poder de polícia e pela estabilidade do mandato de seus dirigentes.

Conforme definido no artigo 19 da Lei nº 25.235/2025, o âmbito de atuação da ARTEMIG compreende os serviços públicos no âmbito do Sistema de Infraestrutura de Transportes do Estado de Minas Gerais – SIT/MG, também instituído pela citada legislação, delegados à iniciativa privada por meio de autorização, permissão e concessão, com exceção dos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal e metropolitano, sendo ainda definido em seus parágrafos que:

§ 1º – As atribuições da Artemig não incidirão sobre rodovias não delegadas, relativamente às quais ficam preservadas as competências do DER-MG.

§ 2º – As atribuições da Artemig somente se referem a rodovias e trechos rodoviários cujos serviços e cuja exploração tenham sido delegados a empresas privadas no âmbito do SIT-MG.

No artigo 20 da citada Lei, especifica os campos de atuação da ARTEMIG, tais como:

I – fiscalizar e regular a prestação dos serviços e as atividades exercidas por delegatário;

II – disciplinar, por meio de atos normativos próprios, os procedimentos e demais questões técnicas atinentes à regulação dos bens, serviços e instalações delegados;

- III – acompanhar as modelagens de novas concessões, integrando as instâncias decisórias colegiadas que tratam do tema no âmbito do Poder Executivo;
- IV – fixar, reajustar e rever, de ofício, as tarifas de qualquer natureza aplicáveis aos serviços e às atividades delegadas sem a necessidade de homologação do poder concedente, nos limites e condições previstos nos contratos;
- V – aplicar o modelo de regulação dos contratos de delegação firmados com o delegatário, instruindo, analisando e decidindo acerca dos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro de ambas as partes;
- VI – acompanhar e fiscalizar, diretamente ou com o auxílio técnico de empresas subcontratadas, a execução das atividades delegadas à iniciativa privada, procedendo à aplicação das penalidades previstas nos contratos firmados com o delegatário, observadas as regras do processo administrativo, a regulamentação e a disciplina contratual aplicáveis;
- VII – dirimir divergências entre entes regulados, o poder concedente e usuários, inclusive celebrando termos de ajustamento de conduta – TACs – com as partes envolvidas, após análise prévia da Advocacia-Geral do Estado – AGE;
- VIII – fiscalizar e autorizar, com apoio administrativo, técnico e jurídico do DER-MG e suporte técnico da concessionária, quando for o caso, o uso e a ocupação da faixa de domínio das malhas ferroviárias e rodoviárias delegadas à iniciativa privada;
- IX – manter e gerenciar um centro de informações e de análise de dados relativos ao setor por ela regulado, com informações próprias e aquelas compartilhadas periodicamente pelos delegatários e pelo poder concedente;
- X – instaurar, receber e processar petições, reclamações e representações apresentadas pelos usuários dos serviços regulados;
- XI – informar aos órgãos de defesa e proteção da concorrência qualquer conduta de que venha a tomar conhecimento, no âmbito do setor por ela regulado, que configure ou possa configurar infração contra a ordem econômica;
- XII – recomendar ao poder concedente a extinção antecipada dos contratos, em qualquer modalidade, observadas as indenizações devidas, nas hipóteses previstas em lei ou nos respectivos contratos;
- XIII – emitir atestados sobre os serviços prestados no âmbito dos contratos regulados;
- XIV – realizar os pagamentos das contraprestações devidas pelo poder concedente nos contratos de sua competência que previrem essa obrigação;
- XV – autorizar pedidos de transferência de concessão, alteração do controle societário e outras transações comerciais do delegatário que requeiram autorização do Estado;
- XVI – elaborar sua proposta orçamentária, nos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, e encaminhá-la diretamente à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, para fins de consolidação no projeto de lei orçamentária anual;

- XVII – arrecadar e aplicar as receitas que lhe cabem, conforme o disposto nesta lei;
- XVIII – adquirir, administrar e alienar bens móveis e imóveis de sua propriedade;
- XIX – prestar serviços técnicos e elaborar publicações, material técnico, dados e informações;
- XX – prestar apoio técnico à Seinfra para fixação, reajuste e revisão das tarifas dos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal e metropolitano;
- XXI – elaborar o Plano Anual de Gestão.

A execução dos trabalhos foi orientada pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, nos termos da competência que lhe é atribuída pelo art. 46 da Lei Estadual 24.313, de 28 de abril de 2023, por intermédio da Auditoria-Geral do Estado, conforme roteiro de auditoria específico.

O trabalho para elaboração deste relatório foi realizado de fevereiro a março de 2026, por meio de análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e no período de elaboração do processo de contas anual pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado.

O relatório está estruturado em tópicos e circunstanciado em sínteses dos itens previstos no art. 10 da IN TCEMG nº 14/2011 e dos artigos 4º, 6º, 7º e 11º da DN TCEMG nº 01/2026.

## **II. RESULTADOS DAS AUDITORIAS REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO**

Em atendimento ao Parágrafo Único do art. 81, da Constituição do Estado de Minas Gerais, que determina que os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, deverão comunicar ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, seguem as informações sobre os trabalhos desenvolvidos por essa Controladoria Setorial da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais (CSET/SEINFRA- MG) e pela Auditoria-Geral/CGE no exercício de 2025.

#### **a. Destaque das ações de auditoria**

Não foram realizadas ações de auditoria que merecem destaque em relação a Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais (ARTEMIG) vinculada a Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais (SEINFRA-MG) para o exercício financeiro de 2025, como também, não foram realizados trabalhos de auditoria específicos previstos no Plano de Atividades de Controle Interno (PACI/ CSET/SEINFRA) consignados em 2025, constante do Anexo I.

Contudo, já encontra-se em andamento a Consultoria da CSET Seinfra em relação ao Plano de Integridade da Artemig, que teve a Comissão de Integridade instituída pela Portaria ARTEMIG nº 006/2025, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais – DOMG em 11 de julho de 2025. O Plano encontra-se em fase de elaboração do documento/relatório a ser publicado no site da Artemig, após finalização de todos os levantamentos e estudos. Conforme cronograma, a publicação ocorrerá em agosto de 2026.

#### **b. Trabalhos de auditoria realizados**

A Decisão Normativa TCEMG nº. 01, de 24 de fevereiro de 2026, determina que a unidade de auditoria informe os resultados das auditorias realizadas durante o exercício de 2025, os quais devem indicar as ilegalidades ou irregularidades apuradas e as medidas saneadoras recomendadas.

Como não foram realizados trabalhos de auditoria pela Controladoria Setorial da SEINFRA, bem como pela Auditoria-Geral (AUGE), na Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais (ARTEMIG), não há resultados a serem informados com indicações de ilegalidades ou irregularidades apuradas, bem como medidas saneadoras recomendadas.

Acrescenta-se que conforme Balanço Orçamentário de 2025, encaminhado em 03/03/2026, pelo Coordenador de Contabilidade e Finanças – CCF da Gerência de Planejamento, Gestão e Finanças – CPCF, constante do Anexo III, de acordo com solicitação efetuada por esta Controladoria Setorial, houve execução orçamentária e financeira na unidade orçamentária 2471 – Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (ARTEMIG) no exercício de 2025.

### III. RESULTADOS DOS MONITORAMENTOS DAS CONTAS ANUAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Em pesquisa no sítio eletrônico do TCEMG ([www.tce.mg.gov.br](http://www.tce.mg.gov.br)), não identificou-se processo relacionado com as contas anuais de exercícios anteriores, em relação a Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (ARTEMIG), tendo em vista que, conforme consta neste Relatório, a mesma foi criada em maio de 2025.

**Imagem 01: Consulta no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais quanto à ARTEMIG**

SEI - Processo

SIGANOS NAS REDES SOCIAIS: [ícones de redes sociais]

ACESSIBILIDADE AJUSTAR CONTRASTE

**TCEMG**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

[Página Inicial](#) [Sobre o TCEMG](#) [Informações e Serviços](#) [Escola de Contas](#) [Carta de Serviços](#) [LGPD](#) [Corregedoria](#) [Fale com o TCE](#) [Ouvidoria](#) **CONCURSO 2025**

Você está aqui: [Busca](#) > [Busca de Processos](#)

### ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS

TIPO DE BUSCA: Parte  
CNPJ: 61.260.875/0001-17  
PARTE:   
PESQUISAR PROCESSO

A parte não possui processo ou não foi encontrada com os dados informados!

**Fonte:** sítio eletrônico TCEMG. Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/Processo>

Acesso em: 09/03/2026 às 11h:42m

## **IV.CONCLUSÃO**

No exercício de 2025, não foram realizados trabalhos de auditoria específicos previstos no Plano de Atividades de Controle Interno (PACI) em 2025 na Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais (ARTEMIG), instituída pela Lei nº 25.235, de 08 de maio de 2025, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (SEINFRA/MG).

Portanto, como não foram realizados trabalhos de auditoria, não foram identificadas irregularidades ou práticas que demandassem intervenções corretivas, como também, não há recomendações ao gestor até o presente momento. Dessa forma, reforça-se a importância do controle interno como ferramenta para promover a eficiência e a responsabilidade na administração pública.

**Controladoria Setorial da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - SEINFRA**

Belo Horizonte, 18 de março de 2026.

**Josiane Pena Soares Macieira**

Coordenadora do Núcleo de Auditoria, Transparência e  
Integridade – NATI Controladoria Setorial – Cset/Seinfra

De acordo,

**Carla Simone Viana Lage Reis**

Controladora Setorial Cset/Seinfra

## REFERÊNCIAS

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Roteiro para elaboração do Relatório de Auditoria de Gestão – Modelo simplificado.**

Belo Horizonte: CGE-MG, 2026.

Disponível em: Processo SEI: 1520.01.0002555/2026-83.

Documento: 133996262

*Link de acesso:*

[https://www.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento\\_trabalhar&id\\_procedimento=924518460&id\\_documento=924518467](https://www.sei.mg.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=924518460&id_documento=924518467)

Acesso em: 27/02/2026

# ANEXO I- PLANO DE ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO – 2025 (PACI 2025)



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Controladoria-Geral do Estado**

**Controladoria Setorial-SEINFRA**

Relatório PACI2025 - CGE/CSET\_SEINFRA

Belo Horizonte, 26 de dezembro de 2024.

## **PLANO DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO (PACI)** **CONTROLADORIA SETORIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE** **INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E PARCERIAS (CSET\_SEINFRA)** **EXERCÍCIO: 2025**

**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE/MG)**  
**Controladoria Setorial (CSET)**  
**Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (SEINFRA)**  
**Belo Horizonte/MG - JANEIRO 2025**

### **Nosso Propósito**

Ser integridade e eficiência por uma sociedade melhor.

### **Nossa Missão**

Aprimorar a gestão pública mineira, por meio da auditoria interna, da correição, da prevenção e combate à corrupção, promovendo eficiência, integridade, transparência e participação social.

### **Nossa Visão**

Ser excelência como órgão de controle interno, que contribui para uma administração pública íntegra, transparente e eficaz.

### **Nossos Valores**

Integridade; Comprometimento; Integração e cooperação; Independência técnica; Humanização; Foco no interesse público.

**CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves  
Rodovia Papa João Paulo II, 4.000 – Prédio Gerais, 12º andar  
Bairro Serra Verde – Belo Horizonte/MG – CEP: 31.630-901

**CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO**  
Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda

**CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO ADJUNTA**  
Luciana Cássia Nogueira

**CHEFE DE GABINETE**  
Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues

**UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL**  
Controladoria Setorial (Cset) da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra)

#### EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Carla Simone Viana Lage Reis  
Controladora Setorial / Cset\_Seinfra

Alberto Eustáquio Medeiros Pereira Leite  
Coordenador do Nucad/ Cset\_Seinfra

Josiane Pena Soares Macieira  
Coordenadora do Nati/ Cset\_Seinfra

Júnia Maria Pinheiro de Oliveira  
Assessora de Controle Interno / Cset\_Seinfra

#### REVISÃO FINAL

Carla Simone Viana Lage Reis  
Controladora Setorial / Cset\_Seinfra



É permitida a reprodução do conteúdo deste material, desde que citada a fonte.

**Como citar este material:** CONTROLADORIA SETORIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E PARCERIAS. **Plano de Atividade de Controle Interno.** Belo Horizonte: CSET\_SEINFRA, 2025. Disponível em: [link](#). Acesso em: dd/mm/aaaa.

## 1. INTRODUÇÃO

Unidade de execução da Controladoria-Geral do Estado (CGE), a Controladoria Setorial (Cset) da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra), estabelecida pelo artigo 13 da Lei n. 24.313, de 28/04/2023, em cumprimento às competências expressas no artigo 6 do Decreto n. 48.665, de 04/08/2023, que regulamenta o órgão, elaborou o presente documento denominado Plano de Atividades de Controle Interno – Paci, a fim de consolidar e especificar as ações a serem desenvolvidas no exercício de 2025.

O Paci é o instrumento de planejamento anual que visa definir os trabalhos prioritários a serem executados pela Cset/Seinfra, contemplando ações de Transparência, Integridade e Controle Social, Auditoria e Correição, cujas diretrizes são estabelecidas pela Instrução Normativa CGE/GAB nº 01, de 24/10/2023.

O planejamento estabelece as prioridades de atuação no exercício, considerando, dentre outros parâmetros: obrigações normativas, levantamentos de riscos, programas, ações e projetos estratégicos do Poder Executivo estadual, denúncias e demandas da CGE, da Seinfra e de órgãos de controle externo.

O cumprimento da execução do Paci e as análises dos resultados decorrentes dos trabalhos de controle serão formalizados por meio do Relatório de Atividades de Controle Interno (Raci), a ser emitido até o dia 15 de dezembro, ou através do Raci Parcial até o dia 15 de julho, consolidando as atividades desenvolvidas no primeiro semestre, bem como quando da substituição do titular da Cset durante o exercício.

## 2. DIRETRIZES E PRIORIDADES PARA 2025

O planejamento priorizou ações que visem agregar mais valor e que melhor contribuam para a realização dos objetivos institucionais da Seinfra, observadas as diretrizes da Instrução Normativa CGE/GAB nº 01/2023.

**As ações de Transparência, Integridade e Controle Social foram estruturadas contemplando as especificidades da Seinfra podendo constar atividades de:**

I - fomento à integridade, em especial a consolidação da Política Mineira de Promoção da Integridade (Decreto Estadual nº 48.419/2022);

II - promoção do controle social;

III - transparência e acesso à informação.

**As ações de Auditoria foram estruturadas contemplando as especificidades da Seinfra, podendo constar atividades de:**

I - avaliação;

- II - apuração;
- III - consultoria;
- IV - cumprimento de determinações mandatórias;
- V - monitoramento de recomendações;
- VI - apuração de benefícios.

**As ações de Correição foram estruturadas contemplando as especificidades da Seinfra, podendo constar atividades de:**

- I - instrução de procedimentos investigativos e processos administrativos correcionais de pessoa física e de pessoa jurídica;
- II - monitoramento e controle das medidas de ajustamento disciplinar;
- III - acompanhamento dos trabalhos das comissões de procedimentos investigativos e das comissões processantes;
- IV - avaliação de procedimentos correcionais concluídos pelas comissões;
- V - avaliação da efetividade das decisões correcionais;
- VI - prevenção e aperfeiçoamento disciplinar;
- VI - alimentar banco de dados e gerir informações correcionais;
- VII - avaliação da situação da entrega da Declaração de Bens e Valores – DBV.

As demandas não previstas no Paci que ocorrerem ao longo do exercício, denominadas demandas extraordinárias, poderão ser permutadas com as ações previstas, a critério da Controladora Setorial, até um limite de 20% do total de homem/hora da unidade, devendo as alterações realizadas serem informadas no Raci.

### 3. CAPACIDADE OPERACIONAL

A capacidade operacional Cset/Seinfra é de 04 servidores(as), e 02 estagiárias, totalizando 8.660 homem/hora (h/h), alocadas conforme **Tabela 1**.

Tabela 1 – Capacidade operacional da Cset Seinfra		
Área	H/h	%
Transparência, Integridade e Controle Social	210	2,42 %
Auditoria	7.290	84,18 %
Correição	620	7,16 %
Capacitação	150	1,73 %
Autogestão	390	4,50 %
<b>TOTAL</b>	<b>8.660</b>	<b>100%</b>

Observação: duas estagiárias estão em processo de contratação.

A relação completa dos servidores que integram a equipe de trabalho da Controladoria Setorial da Seinfra encontra-se no **Apêndice A**.

#### 4. TRABALHOS A SEREM REALIZADOS

A atuação da Controladoria Setorial da Seinfra seguirá as orientações técnicas emanadas pelas unidades administrativas da CGE, em especial da Subcontroladoria de Transparência, Integridade e Controle Social (Suti), Auditoria-Geral (Auge) e Corregedoria-Geral (Coge) e será acompanhada pela Assessoria de Harmonização das Controladorias Setoriais e Seccionais (Ahcs).

Para a seleção das ações, foi realizada prévia identificação do universo de atuação, estudado o negócio da unidade auditada, os objetivos da organização e seus principais projetos e processos, assim como foram consideradas as expectativas e demandas da alta administração da Seinfra e das demais partes interessadas em relação às atividades da unidade. Além disso, foram consideradas a conveniência, oportunidade e extensão das ações, bem como os recursos humanos, financeiros e tecnológicos à disposição da Cset Seinfra e a capacidade técnica da equipe.

Para fins de definição das horas necessárias para a execução das ações, foi observado, quando aplicável, o tempo necessário para:

- I - planejamento das ações específicas de Transparência, Integridade e Controle Social, Auditoria e Correição;
- II - planejamento da autogestão da unidade administrativa;
- III - execução das atividades planejadas;
- IV - elaboração de documentos técnicos;
- V - registros tempestivos e regulares nos sistemas corporativos (e-CGU, SEI, MG-OUV, dentre outros);
- VI - capacitações dos agentes públicos em exercício na unidade administrativa.

##### 4.1 TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E CONTROLE SOCIAL

A **Tabela 2** lista a ação de Transparência, Integridade e Controle Social planejadas para serem executadas no exercício de 2025.

Tabela 2 – Ação de Transparência, Integridade e Controle Social		
Ação	Cronograma de execução	
	Início	Término
Assessorar e apoiar os gestores dos órgãos e entidades na implementação de ações e programas de integridade para sua adequação às diretrizes do Decreto n. 48.419/2022.	02/01/2025	15/10/2025

O detalhamento da ação a ser desenvolvida na área de Transparência, Integridade e Controle Social – com informações sobre o objetivo geral, tipo de produto a ser emitido, horas para realização da atividade, dentre outras especificações – encontra-se no **Apêndice B**.

##### 4.2 AUDITORIA

A **Tabela 3** lista as ações de Auditoria planejadas para serem executadas no exercício de 2025.

Tabela 3 – Ações de Auditoria		
Ação	Cronograma de execução	
	Início	Término
Elaboração do relatório de auditoria sobre contas de gestão do órgão/entidade e fundos vinculados	02/01/2025	30/04/2025

Exame e certificação de Tomadas de Contas Especiais	02/01/2025	31/12/2025
Avaliação da instrução processual e certificação dos processos administrativos punitivos que concluírem pela inclusão de fornecedores no CAFIMP	02/01/2025	31/12/2025
Monitoramento de recomendações	02/01/2025	31/12/2025
Apuração de benefícios	02/01/2025	31/12/2025
Apuração preliminar de denúncias e representações	02/01/2025	31/12/2025
Apuração de denúncias e representações	02/01/2025	31/12/2025
Avaliação da estrutura de controles e dos riscos do Contrato de Expansão do Metrô (Envolve entrada de recursos federais e concessão/PPP)	10/02/2025	14/07/2025
Auditoria em dívida pública em conjunto com a SEINFRA.	02/06/2025	30/09/2025
Continuidade da consultoria e apoio técnico às CSET/CSEC sobre o PNPC e incorporação dos novos órgãos e entidades criados durante a reforma administrativa.	01/08/2025	31/12/2025
Auditoria Operacional na Gestão da Concessão do Mineirão	02/06/2025	28/11/2025
Continuidade da Auditoria Operacional da Concessão da BR 135 em conjunto com a DMAI	02/01/2025	10/03/2025
Continuidade de Ação Transversal no passivo de prestação de contas nas unidades com valores representativos, realizada em conjunto com o Núcleo de Coordenação de Auditoria Contínua e de Ações Transversais	02/01/2025	10/03/2025
Consultoria em Gestão de Riscos do Macroprocesso de Contratação de Obras, conforme solicitação da Alta Gestão	10/02/2025	14/07/2025
Demandas Extraordinárias	02/01/2025	31/12/2025

Dentro das demandas extraordinárias a Alta Gestão solicitou capacitações em áreas específicas que serão planejadas no decorrer de 2025, como forma de prevenção de riscos. Dentre as capacitações abordaremos os temas Processo Administrativo Punitivo, Processo Administrativo de Responsabilização, Processo de Prestação de Contas, Processo Administrativo de Constituição do Crédito Estadual Não Tributário, Tomada de Contas Especial, Política de Riscos, Gestão de Riscos e Gestão e Fiscalização de Contratos.

O detalhamento das ações a serem desenvolvidas na área de Auditoria – com informações sobre o objetivo geral, tipo de produto a ser emitido, horas para realização das atividades, dentre outras especificações – encontra-se no **Apêndice C**.

#### 4.3 CORREIÇÃO

A **Tabela 4** lista as ações de Correição planejadas para serem executadas no exercício de 2025.

Tabela 4 – Ações de Correição	
Ação	Cronograma de execução

	Início	Término
Realização de juízo de admissibilidade, análise prévia e investigação preliminar - <b>PESSOA FÍSICA</b>	02/01/2025	31/12/2025
Realização de juízo de admissibilidade, análise prévia e investigação preliminar - <b>PESSOA JURÍDICA</b>	02/01/2025	31/12/2025
Processo Administrativo de Responsabilização - PAR	02/01/2025	31/12/2025
Monitoramento e controle das medidas de ajustamento disciplinar	02/01/2025	31/12/2025
Acompanhamento dos trabalhos das comissões de procedimentos investigativos e das comissões processantes	02/01/2025	31/12/2025
Avaliação de procedimentos correccionais concluídos pelas comissões	02/01/2025	31/12/2025
Avaliação da efetividade das decisões correccionais	02/01/2025	31/12/2025
Prevenção e aperfeiçoamento disciplinar	02/01/2025	31/12/2025
Alimentar banco de dados e gerir informações correccionais	02/01/2025	31/12/2025
Avaliação da situação da entrega da Declaração de Bens e Valores - DBV	02/01/2025	31/12/2025

O detalhamento das ações a serem desenvolvidas na área de Correição – com informações sobre o objetivo geral, tipo de produto a ser emitido, horas para realização das atividades, dentre outras especificações – encontra-se no **Apêndice D**.

## 5. CAPACITAÇÃO E AUTOGESTÃO

Considerando a necessidade de constante desenvolvimento e aprimoramento dos servidores alocados na Cset Seinfra a Instrução Normativa CGE/GAB nº 01/2023 prevê o mínimo de 40 horas de capacitação por pessoa/ano alinhadas às atividades de controle interno, nas respectivas temáticas de atuação.

Ao longo do exercício serão selecionados cursos dentre os disponibilizados pela CGE – por meio do programa “CGE Capacita”, assim como outros serão buscados para propiciar a formação contínua de cada servidor.

Previsão de horas para capacitações: 150

Embora estejamos prevendo a atuação de 04 servidores e 02 estagiários, com base nas experiências acumuladas em exercícios anteriores, é possível que a demanda de trabalho ao longo do período seja maior do que o inicialmente projetado, bem como a quantidade de horas de capacitação. Além disso, como em janeiro de 2025 tanto a servidora que estará responsável pelo NATI e as estagiárias estão em processo de contratação, o que diminui a quantidade de horas dedicadas devido a questões administrativas de contratação que não temos controle, sendo que estagiários possuem contrato de seis meses e o processo de contratação demanda pelo menos um mês para nova contratação. Logo, não teremos o total de horas desses colaboradores no ano. Essa dinâmica pode resultar em um número menor de horas de capacitação, pois, além disso, parte do tempo dos servidores será dedicado à execução das atividades cotidianas da Seinfra, que aumenta cada vez mais apesar da defasagem de equipe. Dessa forma, ajustamos a carga horária de capacitação de acordo com as necessidades e a realidade do dia a dia da equipe, buscando otimizar os recursos e garantir o cumprimento das metas de formação.

As horas de autogestão referem-se às atividades administrativas e de gestão da Controladoria Setorial da Seinfra, a exemplo de gerenciamento de equipes, apurações de frequências, avaliações de desempenho, elaboração do Paci e Raci, envio de informações gerenciais solicitadas pela CGE ou pela Seinfra, dentre outras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Atividades de Controle Interno (Paci) da Controladoria Setorial da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Cset/Seinfra) para 2025 reflete o compromisso da unidade com a promoção da transparência, integridade e eficiência na gestão pública. As ações planejadas, focadas em auditoria, correção e fortalecimento da integridade, buscam não apenas cumprir as diretrizes fundamentadas, mas também aprimoram continuamente a administração pública mineira, reforçando a confiança da sociedade nos processos governamentais.

A estruturação das atividades com metas claras e a previsão de horas específicas para cada área garantem a execução organizada e eficaz do plano, alinhando os recursos humanos e os treinamentos necessários às demandas da Secretaria. Além disso, a flexibilidade para lidar com demandas extraordinárias, por meio do ajuste de carga horária, garante que imprevistos sejam tratados especificamente, sem comprometer as entregas.

Com foco na capacitação contínua de sua equipe e no desenvolvimento de competências essenciais para uma atuação eficaz, a Cset/Seinfra está preparada para enfrentar os desafios do ano de 2025, atendendo às exigências normativas e gerando resultados que agregam valor à gestão pública.

Conforme Raci 2024 (101356031), solicitamos apoio para reforço da equipe, de forma que permita a inclusão de servidor da área de engenharia, bem como a composição completa da unidade. Pois a Controladoria Setorial pretende fazer um trabalho de excelência e agregar valor a Gestão da Seinfra e, infelizmente, no ano de 2024 só conseguimos realizar um ótimo trabalho ao sacrifício do nosso tempo de descanso, fora da jornada de trabalho. Assim, não conseguimos realizar todas as demandas do Paci de 2024, sendo um dos motivos a equipe reduzida e não ideal para a demanda de uma Secretaria tão importante para o Governo do Estado, com alto índice de entregas (alta realização de despesas) e com atividades de tamanha complexidade (mobilidade, concessões/PPP, convênios com outros entes governamentais e obras/serviços de engenharia). Além disso, devido a cobertura de várias demandas extras não pudemos aproveitar o completo potencial de cada membro da equipe em suas atividades designadas, pois todos tiveram que ajudar em todas as atividades da Cset/Seinfra e ficaram muito sobrecarregados.

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2025.

**Carla Simone Viana Lage Reis**  
Controladora Setorial / Cset\_Seinfra

**Alberto Eustáquio Medeiros Pereira Leite**  
Coordenador do Nucad/ Cset\_Seinfra

**Josiane Pena Soares Macieira**  
Coordenadora do Nati/ Cset\_Seinfra

**Júnia Maria Pinheiro de Oliveira**  
Assessora de Controle Interno / Cset\_Seinfra

APÊNDICE A - EQUIPE DE TRABALHO

EQUIPE OPERACIONAL - GERAL		
Nome	Matrícula	Horas Planejadas
Carla Simone Viana Lage Reis	1073572-8	510
Alberto Eustáquio Medeiros Pereira Leite	1337927-6	6

Josiane Pena Soares Macieira	904508-9	6
Júnia Maria Pinheiro de Oliveira	1518722-2	6
Larissa Tito Soares (estagiária de direito)	1615194-6	6
Andressa Raylane Cruz Mouta (estagiária de engenharia em processo de contratação)	xxxxxxx-x	6
<b>Subtotal</b>		<b>540</b>

EQUIPE OPERACIONAL - NATI		
Nome	Matrícula	Horas planejadas
Carla Simone Viana Lage Reis	1073572-8	895
Alberto Eustáquio Medeiros Pereira Leite	1337927-6	1.199
Josiane Pena Soares Macieira - Responsável pelo Nati	904508-9	1.499
Júnia Maria Pinheiro de Oliveira	1518722-2	1.399
Larissa Tito Soares (estagiária de direito)	1615194-6	1.314
Andressa Raylane Cruz Mouta (estagiária de engenharia em processo de contratação)	xxxxxxx-x	1.194
<b>Subtotal</b>		<b>7.500</b>

EQUIPE OPERACIONAL - NUCAD		
Nome	Matrícula	Horas Planejadas
Carla Simone Viana Lage Reis	1073572-8	100
Alberto Eustáquio Medeiros Pereira Leite - Responsável pelo NUCAD	1337927-6	300
Júnia Maria Pinheiro de Oliveira	1518722-2	100
Larissa Tito Soares (estagiária de direito)	1615194-6	120
<b>Subtotal</b>		<b>620</b>

<b>TOTAL</b>	<b>8.660</b>
--------------	--------------

## APÊNDICE B - TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E CONTROLE SOCIAL

<b>FUNÇÃO</b>	Transparência, Integridade e Controle Social	
<b>AÇÃO</b>	Assessorar e apoiar os gestores dos órgãos e entidades na implementação de ações e programas de integridade para sua adequação às diretrizes do Decreto n. 48.419/2022.	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Estimular a adesão ou adequação dos órgãos e entidades às diretrizes e objetivos trazidos pelo Decreto n. 48.419/2022.	
	<b>Cronograma de execução</b>	01/01/2025 a 15/10/2025

EXECUÇÃO TRABALHO	DO	Produto	Relatório gerado no Módulo 4 do SisPMPI, a partir da inserção de informações relativas às ações realizadas pela Unidade de Controle Interno, tanto na gestão do sistema, quanto no fomento à integridade no órgão ou entidade.
		H/H	210 horas
DETALHAMENTO	<p>A Cset/Seinfra deverá elaborar e executar a atividade prevista, registrando as ações no Módulo 4 do SisPMPI à medida em que forem sendo desenvolvidas no período proposto. O relatório deverá contemplar as atividades executadas no período de 01/10/2024 até 30/09/2025, devendo o relatório ser emitido até 15/10/2025.</p> <p>Ao final do período, a Cset/Seinfra deverá enviar à Diretoria Central de Integridade, até o dia 15/10/2025, os relatórios com as ações desenvolvidas e recomendações realizadas pelo controle interno, por meio de processo SEI. Estes relatórios, em formato PDF, são os gerados no próprio SisPMPI.</p>		

#### APÊNDICE C - AUDITORIA

FUNÇÃO	Auditoria		
AÇÃO	Elaboração do relatório de auditoria sobre contas de gestão do órgão e fundos vinculados		
CLASSIFICAÇÃO	Cumprimento de determinações mandatórias		
OBJETIVO GERAL	Avaliar as contas anuais do Dirigente Máximo do órgão/entidade, em observância ao art. 10 da Instrução Normativa TCEMG nº 14, de 14 de dezembro de 2011, que disciplina a organização e a apresentação das contas anuais dos administradores e demais responsáveis por unidades jurisdicionadas das administrações direta e indireta estadual e municipal, para fins de julgamento.		
EXECUÇÃO TRABALHO	DO	Cronograma de execução	02/01/2025 a 30/04/2025
		Produto	Relatórios de Auditoria sobre contas de gestão
		H/H	320 horas
DETALHAMENTO	<p>Trabalho a ser executado conforme roteiro específico (Roteiro para elaboração de Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas de Exercício – Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Estaduais), visando:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Efetuar a avaliação do cumprimento e da execução das metas previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA);</li> <li>2. Avaliação do cumprimento do caput do art. 141º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;</li> <li>3. Verificar e comprovar a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;</li> <li>4. Informar a relação das auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial realizadas no ano-exercício;</li> <li>5. Proceder à avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário;</li> <li>6. Emissão de parecer conclusivo sobre as contas de exercício.</li> </ol> <p>As Cset dos órgãos e entidades, cujas contas do ordenador de despesas não serão julgadas pelo TCE-MG, deverá elaborar o relatório de atividades, em atendimento à Decisão Normativa.</p>		

<b>FUNÇÃO</b>		Auditoria
<b>AÇÃO</b>		Exame e certificação de Tomadas de Contas Especiais
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>		Cumprimento de determinações mandatórias
<b>OBJETIVO GERAL</b>		Avaliar a tomada de contas especial para de julgamento pelo TCE-MG, em atendimento à IN nº 03/2013 do TCEMG e conforme as orientações contidas no Manual de Instruções sobre Tomada de Contas Especial.
<b>EXECUÇÃO TRABALHO</b>	<b>DO</b>	
	<b>Cronograma de execução</b>	02/01/2025 a 31/12/2025
	<b>Produto</b>	Relatório e Certificado de Auditoria sobre a Tomada de Contas Especial
	<b>H/H</b>	800 horas
<b>DETALHAMENTO</b>		<p>Relatório do Auditor Interno sobre Tomada de Contas Especial manifestando-se sobre:</p> <p>a) Apuração dos fatos, com indicação das normas ou dos regulamentos infringidos por responsável;</p> <p>b) Identificação dos responsáveis, indicando nome, CPF, endereço e, se servidor público, cargo e matrícula;</p> <p>c) Quantificação do dano, com indicação das parcelas eventualmente recolhidas aos cofres públicos;</p> <p>d) Inscrição do débito na conta contábil "Diversos Responsáveis em apuração";</p> <p>e) Providências adotadas para se prevenir a ocorrência de situações semelhantes;</p> <p>f) Regularidade da instrução processual da TCE.</p> <p>Emissão de Relatório Específico que deve apresentar clareza, coesão, coerência, concisão, convicção e atende às outras regras de redação oficial.</p> <p>Trabalho será executado sob demanda.</p>

<b>FUNÇÃO</b>		Auditoria
<b>AÇÃO</b>		Avaliação da instrução processual e certificação dos processos administrativos punitivos que concluírem pela inclusão de fornecedores no CAFIMP
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>		Cumprimento de determinações mandatórias
<b>OBJETIVO GERAL</b>		Verificar, previamente, a regularidade formal de processos administrativos punitivos, que concluírem pela inscrição de fornecedores no "Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual" – CAFIMP, a serem encaminhados à Controladoria-Geral do Estado, nos termos do art. 43, inciso XII do Decreto nº. 45.902/2012, e Resolução CGE nº 010/2020.
<b>EXECUÇÃO TRABALHO</b>	<b>DO</b>	
	<b>Cronograma de execução</b>	02/01/2025 a 31/12/2025
	<b>Produto</b>	Certificado
	<b>H/H</b>	400 horas
<b>DETALHAMENTO</b>		Trabalho será executado sob demanda.

<b>FUNÇÃO</b>	Auditoria	
<b>AÇÃO</b>	Monitoramento de recomendações	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	Monitoramento de recomendações	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Monitorar a implementação das recomendações e/ou orientações do trabalho de auditoria.	
<b>EXECUÇÃO TRABALHO</b>	<b>DO</b>	
	<b>Cronograma de execução</b>	02/01/2025 a 31/12/2025
	<b>Produto</b>	Recomendações e/ou orientações monitoradas. e-CGU.
	<b>H/H</b>	250 horas
<b>DETALHAMENTO</b>	A ação será realizada nos termos da Instrução Normativa CGE/AUGE nº 03/2020. Processo e-GCU: Benefícios	

<b>FUNÇÃO</b>	Auditoria	
<b>AÇÃO</b>	Apuração de benefícios	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	Apuração de benefícios	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Quantificar e registrar os benefícios decorrentes da atividade de auditoria interna, evidenciando os resultados dos trabalhos executados.	
<b>EXECUÇÃO TRABALHO</b>	<b>DO</b>	
	<b>Cronograma de execução</b>	02/01/2025 a 31/12/2025
	<b>Produto</b>	Benefícios apurados. e-CGU.
	<b>H/H</b>	180 horas
<b>DETALHAMENTO</b>	A ação será realizada nos termos da Instrução Normativa CGE/AUGE nº 03/2020. Processo e-GCU: Benefícios	

<b>FUNÇÃO</b>	Auditoria	
<b>AÇÃO</b>	Apuração preliminar de denúncias e representações	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	Apuração	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Apurar, preliminarmente, denúncias recebidas diretamente pelo órgão ou demandadas pela CGE.	
<b>EXECUÇÃO TRABALHO</b>	<b>DO</b>	
	<b>Cronograma de execução</b>	02/01/2025 a 31/12/2025
	<b>Produto</b>	Relatório de Auditoria (Apuração)
	<b>H/H</b>	200 horas
<b>DETALHAMENTO</b>	A ação será realizada nos termos da Instrução Normativa CGE/AUGE nº 04/2020.. Apuração: art.1º, VI; 48 a 59 da IN AUGENº 04/2020. Trabalho será executado sob demanda	

<b>FUNÇÃO</b>	Auditoria	
<b>AÇÃO</b>	Apuração de denúncias e representações	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	Apuração	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Apurar, preliminarmente, denúncias recebidas diretamente pelo órgão ou demandadas pela CGE.	
<b>EXECUÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>Cronograma de execução</b>	02/01/2025 a 31/12/2025
	<b>Produto</b>	Relatório de Auditoria (Apuração)
	<b>H/H</b>	1.000 horas
<b>DETALHAMENTO</b>	A ação será realizada nos termos da Instrução Normativa CGE/AUGE nº 04/2020. Apuração: art.1º, VI; 48 a 59 da IN AUGENº 04/2020. Trabalho será executado sob demanda	

<b>FUNÇÃO</b>	Auditoria	
<b>AÇÃO</b>	Avaliação da estrutura de controles e dos riscos do Contrato de Expansão do Metrô (Envolve entrada de recursos federais e concessão/PPP)	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	Avaliação	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Avaliar controles e riscos do processo	
<b>EXECUÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>Cronograma de execução</b>	10/02/2025 a 14/07/2025
	<b>Produto</b>	Relatório de Auditoria (Avaliação) / Nota de Auditoria (Avaliação)
	<b>H/H</b>	900 horas
<b>DETALHAMENTO</b>	Avaliação solicitada pela Subsecretaria de Mobilidade, tendo em vista a alta despesa, a entrada de recursos federais e a relação com terceiro (parceria), bem como a demanda do cidadão para a realização do empreendimento.	

<b>FUNÇÃO</b>	Auditoria	
<b>AÇÃO</b>	Auditoria em dívida pública em conjunto com a Seinfra	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	Avaliação	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Auditar a dívida pública, tendo como foco o PAC de Contagem	
<b>EXECUÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>Cronograma de execução</b>	02/06/2025 a 30/09/2025
	<b>Produto</b>	O produto será emitido pela AUGENº 04/2020

	H/H	150 horas
DETALHAMENTO	Equipe da ação: DAGF e Cset/Seinfra Recursos necessários para a ação: Consolidação de dados e planilhas. Responsável Registro e-CGU: DAGF	

FUNÇÃO	Auditoria	
AÇÃO	Continuidade da consultoria e apoio técnico às CSET sobre o PNPC e incorporação dos novos órgãos e entidades criados durante a reforma administrativa.	
CLASSIFICAÇÃO	Consultoria	
OBJETIVO GERAL	Monitorar o desenvolvimento dos controles internos da Secretaria.	
EXECUÇÃO TRABALHO	DO	<b>Cronograma de execução</b> 01/08/2025 a 31/12/2025
		<b>Produto</b> O produto será emitido pela AUGÉ
		<b>H/H</b> 50 horas
DETALHAMENTO	Recursos necessários para a ação: Consolidação de dados e planilhas. Responsável Registro e-CGU: DPGR	

FUNÇÃO	Auditoria Operacional na Gestão da Concessão do Mineirão	
AÇÃO	Auditoria	
CLASSIFICAÇÃO	Avaliação	
OBJETIVO GERAL	Avaliar processo relevante para a Alta Gestão da Secretaria	
EXECUÇÃO TRABALHO	DO	<b>Cronograma de execução</b> 02/06/2025 a 28/11/2025
		<b>Produto</b> Relatório de Auditoria (Avaliação) / Nota de Auditoria (Avaliação)
		<b>H/H</b> 900 horas
DETALHAMENTO	Análise da governança do processo de Concessão do Mineirão.	

FUNÇÃO	Auditoria	
AÇÃO	Continuidade da Auditoria Operacional da Concessão da BR 135 em conjunto com a DMAI	

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	Avaliação	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Avaliação operacional da fiscalização da Concessão da BR 135	
<b>EXECUÇÃO TRABALHO</b>	<b>DO</b>	
	<b>Cronograma de execução</b>	02/01/2025 a 10/03/2025
	<b>Produto</b>	Relatório de Auditoria (Avaliação) / Nota de Auditoria (Avaliação)
	<b>H/H</b>	400 horas
<b>DETALHAMENTO</b>	Equipe da ação: DMAI e Cset/Seinfra. Responsável Registro e-CGU: DMAI	

<b>FUNÇÃO</b>	Auditoria	
<b>AÇÃO</b>	Continuidade de Ação Transversal no passivo de prestação de contas nas unidades com valores representativos, realizada em conjunto com o Núcleo de Coordenação de Auditoria Contínua e de Ações Transversais	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	Avaliação	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Avaliar o passivo de prestação de contas e priorização da Análise de Contas das transferências estaduais e instrumentos congêneres.	
<b>EXECUÇÃO TRABALHO</b>	<b>DO</b>	
	<b>Cronograma de execução</b>	02/01/2025 a 10/03/2025
	<b>Produto</b>	será emitido pela Auge
	<b>H/H</b>	400 horas
<b>DETALHAMENTO</b>	Equipe da ação: NCAT e Cset/Seinfra. Recursos necessários para a ação: Consolidação de dados e planilhas Responsável Registro e-CGU: NCAT	

<b>FUNÇÃO</b>	Auditoria	
<b>AÇÃO</b>	Consultoria em Gestão de Riscos do Macroprocesso de Contratação de Obras, conforme solicitação da Alta Gestão	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	Consultoria	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Prestar consultoria solicitada pela Alta Gestão, Memorando.SEINFRA/GAB.nº 11/2024 (doc. SEI nº 85590561).	
<b>EXECUÇÃO TRABALHO</b>	<b>DO</b>	
	<b>Cronograma de execução</b>	10/02/2025 a 14/07/2025
	<b>Produto</b>	Relatório de Auditoria (Consultoria) / Nota de Auditoria (Consultoria)
	<b>H/H</b>	500 horas

<b>DETALHAMENTO</b>	<p>A pedido do Dirigente Máximo da Seinfra, consultoria da Cset/Seinfra no Mapeamento e gerenciamento de riscos do macroprocesso de Licitação e Contratos em Obras Públicas, visando o aprimorar os controles e garantir uma maior eficiência do processo.</p> <p>Resolução CGE nº 09/2020. Os auditores podem realizar serviços de consultoria como parte de suas atividades normais e rotineiras, bem como em resposta a solicitações da gestão. Podem ser: trabalhos de consultoria informal que são planejados e sujeitos a acordo por escrito; trabalhos de consultoria informal, que envolvem atividades rotineiras, como a participação de suporte a comitês, reuniões e intercâmbio de informações de rotina. Grande parte do serviço de consultoria é uma extensão natural dos serviços de avaliação e investigação, e podem representar assessorias, análises ou avaliações formais e informais. A atividade de auditoria interna está posicionada de maneira única para realizar esse tipo de trabalho de auditoria, com base em sua conformidade com altos padrões de imparcialidade e sua amplitude de conhecimento sobre processos, riscos e estratégias organizacionais. A gestão frequentemente contrata consultores externos para trabalhos formais de consultoria que duram um período significativo de tempo. No entanto, a organização pode perceber que a atividade de auditoria interna é a unicamente qualificada para algumas tarefas formais de consultoria. Trabalho de consultoria formal são planejados e sujeitos a acordo por escrito. Os trabalhos de consultoria informal envolvem atividades rotineiras como o de apoio a comitês, reuniões e intercâmbio de informações de rotina.</p>
---------------------	--

<b>FUNÇÃO</b>	Auditoria	
<b>AÇÃO</b>	Demandas Extraordinárias	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	Demanda extraordinária (Avaliação ou Consultoria)	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Avaliar ou prestar consultoria conforme a necessidade	
<b>EXECUÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>Cronograma de execução</b>	02/01/2025 a 31/12/2025
	<b>Produto</b>	Relatório de Auditoria (Avaliação ou Consultoria) / Nota de Auditoria (Avaliação ou Consultoria)
	<b>H/H</b>	840 horas
<b>DETALHAMENTO</b>	Dentro das demandas extraordinárias a Alta Gestão solicitou capacitações em áreas específicas que serão planejadas no decorrer de 2025, como forma de prevenção de riscos.	

#### APÊNDICE D - CORREIÇÃO

<b>FUNÇÃO</b>	Correição	
<b>AÇÃO</b>	Realização de juízo de admissibilidade, análise prévia e investigação preliminar - PESSOA FÍSICA	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Realizar juízo de admissibilidade de expedientes de sua competência (PESSOA FÍSICA), sugerindo o arquivamento, a instauração de investigação preliminar, sindicância, processo administrativo correccional ou a celebração de termo de ajustamento disciplinar, se cabível.	
	<b>Cronograma de execução</b>	01/01/2025 a 31/12/2025

<b>EXECUÇÃO TRABALHO</b>	<b>DO</b>	<b>Produto</b>	Relatório / Nota Técnica
		<b>H/H</b>	300 horas
<b>DETALHAMENTO</b>	Quantidade de procedimentos em continuidade de execução pela Cset/Seinfra em 2025: IP/PF 2. Trabalho será executado sob demanda.		

<b>FUNÇÃO</b>	Correição		
<b>AÇÃO</b>	Realização de juízo de admissibilidade, análise prévia e investigação preliminar - PESSOA JURÍDICA		
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Realizar juízo de admissibilidade de expedientes de sua competência (PESSOA JURÍDICA), sugerindo o arquivamento, a instauração de investigação preliminar, sindicância, processo administrativo correcional ou a celebração de termo de ajustamento disciplinar, se cabível.		
<b>EXECUÇÃO TRABALHO</b>	<b>DO</b>	<b>Cronograma de execução</b>	01/01/2025 a 31/12/2025
		<b>Produto</b>	Relatório / Nota Técnica
		<b>H/H</b>	50 horas
<b>DETALHAMENTO</b>	Trabalho será executado sob demanda.		

<b>FUNÇÃO</b>	Correição		
<b>AÇÃO</b>	Processo Administrativo de Responsabilização - PAR		
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Realizar instrução de Processo Administrativo de Responsabilização, quando o(s) membro(s) da Comissão Disciplinar for(em) integrante(s) da equipe da Controladoria Setorial.		
<b>EXECUÇÃO TRABALHO</b>	<b>DO</b>	<b>Cronograma de execução</b>	01/01/2025 a 31/12/2025
		<b>Produto</b>	PAR
		<b>H/H</b>	100 horas
<b>DETALHAMENTO</b>	Trabalho será executado sob demanda.		

<b>FUNÇÃO</b>	Correição		
<b>AÇÃO</b>	Monitoramento e controle das medidas de ajustamento disciplinar		
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Monitorar e controlar as medidas de ajustamento disciplinar.		

EXECUÇÃO TRABALHO	DO	Cronograma de execução	01/01/2025 a 31/12/2025
		Produto	TAD (CAD) formalizado
		H/H	20 horas
DETALHAMENTO		Trabalho será executado sob demanda.	

FUNÇÃO		Correição	
AÇÃO		Acompanhamento dos trabalhos das comissões de procedimentos investigativos e das comissões processantes	
OBJETIVO GERAL		Acompanhar os trabalhos das comissões de investigações preliminares, além das comissões sindicantes e processantes instituídas no órgão	
EXECUÇÃO TRABALHO	DO	Cronograma de execução	01/01/2025 a 31/12/2025
		Produto	Tópico específico no Raci discorrendo sobre os trabalhos executados no exercício.
		H/H	30 horas
DETALHAMENTO		Acompanhamento dos trabalhos de investigações preliminares, além das comissões sindicantes e processantes, esclarecendo eventuais dúvidas, e acompanhamento do cumprimento dos prazos acordados e dos prazos prescricionais, estabelecendo cronograma para conclusão e diligenciando para conclusão das apurações em tempo razoável. Trabalho será executado sob demanda.	

FUNÇÃO	Correição		
AÇÃO	Avaliação de procedimentos correccionais concluídos pelas comissões		
OBJETIVO GERAL	Manifestação em procedimentos correccionais a fim de subsidiar a decisão da autoridade julgadora.		
EXECUÇÃO TRABALHO	DO	Cronograma de execução	01/01/2025 a 31/12/2025
		Produto	Relatório / Nota Técnica
		H/H	30 horas
DETALHAMENTO	Ação a ser executada em cumprimento à Resolução CGE 015/2014. Trabalho será executado sob demanda.		

FUNÇÃO		Correição	
AÇÃO		Avaliação da efetividade das decisões correccionais	

<b>OBJETIVO GERAL</b>	Avaliar o cumprimento das Decisões em matérias correcionais.	
<b>EXECUÇÃO TRABALHO</b>	<b>DO</b>	
	<b>Cronograma de execução</b>	01/01/2025 a 31/12/2025
	<b>Produto</b>	Relatório de Efetividade
	<b>H/H</b>	10 horas
<b>DETALHAMENTO</b>	Ação a ser executada em cumprimento à Resolução CGE 015/2014 e 015/2010 Trabalho será executado sob demanda.	

<b>FUNÇÃO</b>	Correição	
<b>AÇÃO</b>	Prevenção e aperfeiçoamento disciplinar	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Realizar ações preventivas com vistas a evitar o descumprimento da Lei nº 869/52 por servidores do órgão, além de promover o aperfeiçoamento disciplinar dos servidores responsáveis pela condução de procedimentos disciplinares no âmbito de sua respectiva competência.	
<b>EXECUÇÃO TRABALHO</b>	<b>DO</b>	
	<b>Cronograma de execução</b>	01/01/2025 a 31/12/2025
	<b>Produto</b>	Tópico específico no RACI discorrendo sobre os trabalhos executados no exercício.
	<b>H/H</b>	60 horas
<b>DETALHAMENTO</b>	Realizar treinamentos e capacitações para os servidores dos respectivos órgãos e entidades com o objetivo de prevenir irregularidades disciplinares. Realizar ações de divulgação do regime disciplinar, seja por meio de palestras, cursos, informes, cartilhas, manual, vídeos, orientações, normativos, dentre outras ações, inclusive com a divulgação daquelas realizadas pela Corregedoria-Geral, em cumprimento ao Plano de Prevenção de Ilícitos Administrativos.	

<b>FUNÇÃO</b>	Correição	
<b>AÇÃO</b>	Alimentar banco de dados e gerir informações correcionais	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Consolidar dados e informações correcionais.	
<b>EXECUÇÃO TRABALHO</b>	<b>DO</b>	
	<b>Cronograma de execução</b>	01/01/2025 a 31/12/2025
	<b>Produto</b>	Planilha atualizada quadrimestralmente. Em breve: formato será via formulário
	<b>H/H</b>	60 horas
<b>DETALHAMENTO</b>	Consolidação de dados e informações acerca das notícias de possíveis irregularidades de natureza correcional em face de análise preliminar (juízo de admissibilidade), dos procedimentos correcionais e dos termos de ajustamento disciplinar concernentes ao órgão/entidade, conforme planilhas definidas pela COGE, e encaminhá-los até o quinto dia útil do mês subsequente ao término de cada quadrimestre, informando os procedimentos correcionais de maior complexidade, relevância e/ou criticidade.	

<b>FUNÇÃO</b>	Correição	
<b>AÇÃO</b>	Avaliação da situação da entrega da Declaração de Bens e Valores - DBV	
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Avaliar a situação da entrega da Declaração de Bens e Valores - DBV dos agentes públicos alocados no órgão.	
<b>EXECUÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>Cronograma de execução</b>	01/01/2025 a 31/12/2025
	<b>Produto</b>	Tópico específico no Raci discorrendo sobre os trabalhos executados no exercício.
	<b>H/H</b>	14 horas
<b>DETALHAMENTO</b>	A ação será realizada de acordo com cronograma de atividades definido pela equipe responsável pela gestão do SISPATRI E COGE a ser enviado posteriormente.	

#### APÊNDICE E - NECESSIDADE DE RECURSOS/ CONHECIMENTO

1 - HUMANOS		
DISCRIMINAÇÃO	DISPONÍVEL	NECESSÁRIO
Controlador Setorial	01	01
Coordenador Nati	01	01
Coordenador Nucad	01	01
Assessor de Controle Interno	01	01
Analista da Controladoria Nati	00	02
Analista da Controladoria Nucad	00	02
Estagário	02 (em processo de contratação)	02
2 - MATERIAIS		
2.1 - EQUIPAMENTOS / MATERIAIS		
DISCRIMINAÇÃO	DISPONÍVEL	NECESSÁRIO
Computador	06	06
2.2 - SISTEMAS CORPORATIVOS / APLICATIVOS		
DISCRIMINAÇÃO	DISPONÍVEL	NECESSÁRIO
Microsoft 365	06	06
PowerBi	02	02
Canva: para geração de infográfico e dados visuais	00	01
3 - FINANCEIROS		
DIÁRIAS DE VIAGEM: se for preciso em caso de serviço externo		
PASSAGEM AÉREA: se for preciso em caso de serviço externo		
4 - CONHECIMENTO TÉCNICO		
DISCRIMINAÇÃO	EXISTENTE	NECESSÁRIO
Área de Engenharia, edificações e similares	00	02
5 - TREINAMENTOS ESPECÍFICOS		

· Ágil para auditoria interna : <https://iiabrasil.org.br/cursos/Auditoria-interna-%C3%81gil> / Instituto dos Auditores Internos do Brasil

· Modelagem da Informação da Construção ou *Building Information Modeling* (BIM)

BO SIAFI, SISAP e SIAD

## 6 - OUTROS

### Eventos:

- **ExpoCompliance 2025:** 26 a 28 de agosto de 2025: <https://www.ccompliance.com.br/expocompliance/>
- 12º Congresso Internacional de Compliance: 10 a 12 de agosto de 2025: <https://congressodecompliance.com.br/>
- 39º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo
- 45º COMBRAI
- Associação IIA Brasil : Todos os serviços oferecidos pelo IIA Brasil são EXCLUSIVOS para associados, conforme determina o Capítulo II, Artigo 7 do Estatuto Social.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Simone Viana Lage, Controlador(a)**, em 22/01/2025, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Júnia Maria Pinheiro de Oliveira, Servidora Pública**, em 22/01/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Pena Soares Macieira, Servidor(a) Público (a)**, em 22/01/2025, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Eustáquio Medeiros Pereira Leite, Auditor(a)**, em 22/01/2025, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **104570394** e o código CRC **EF71FDEF**.

## ANEXO II - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

### BALANÇO DE 2025

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

27/02/2026 12:54:08

2471 - AGENCIA REGULADORA DE TRANSPORTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)  
ANEXO 12 LEI 4320

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = { b - a }
COTA FINANCEIRA RECEBIDA - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL			6.098.820,50	6.098.820,50 (+)
COTA FINANCEIRA A RECEBER RP - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL			1.804.042,23	1.804.042,23 (+)
COTA FINANCEIRA RECEBIDA - UNIDADE FINANCIADORA DO GASTO			3.223.000,00	3.223.000,00 (+)
SUBTOTAL DAS COTAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			11.125.862,73	11.125.862,73 (+)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO			11.125.862,73	11.125.862,73 (+)
DÉFICIT			1.869.319,01	1.869.319,01 (+)
TOTAL			12.995.181,74	12.995.181,74 (+)

  

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = { e - f }
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		24.167.381,90	12.267.903,98	8.817.950,04	8.498.422,48	11.899.477,92 (+)
DESPESAS CORRENTES		9.716.245,96	6.690.695,33	5.165.540,83	4.846.013,27	3.025.570,63 (+)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.897.280,00	3.264.749,74	3.049.971,44	2.791.596,48	632.530,26 (+)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.818.965,96	3.425.945,59	2.115.569,39	2.054.416,79	2.393.040,37 (+)
DESPESAS DE CAPITAL		14.451.115,94	5.577.208,65	3.652.409,21	3.652.409,21	8.873.907,29 (+)
INVESTIMENTOS		14.451.115,94	5.577.208,65	3.652.409,21	3.652.409,21	8.873.907,29 (+)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		922.517,31	727.277,76	727.277,76	727.277,76	195.239,55 (+)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		922.517,31	727.277,76	727.277,76	727.277,76	195.239,55 (+)
SUBTOTAL DAS DESPESAS		25.089.899,21	12.995.181,74	9.545.227,80	9.225.700,24	12.094.717,47 (+)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		25.089.899,21	12.995.181,74	9.545.227,80	9.225.700,24	12.094.717,47 (+)
TOTAL		25.089.899,21	12.995.181,74	9.545.227,80	9.225.700,24	12.094.717,47 (+)



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO  
AUDITORIA-GERAL